

Doutrina

HORÁRIO DE TRABALHO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Maria Garcia

EXERCÍCIO DA LIBERDADE RELIGIOSA

Maria Luiza Whately Barretto

AS NORMAS PROGRAMÁTICAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Celso Ribeiro Bastos

A EFICÁCIA DA CIDADANIA

Jussara de Fátima Amaral

O HABEAS CORPUS COMO GARANTIA INDIVIDUAL

Aparecida Vendramel

A PRIVATIZAÇÃO DA CMTA (ARTIGO 30, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Jorge Fukuda

REVISÃO CONSTITUCIONAL... UM ERRO DE INTERPRETAÇÃO: ainda uma questão atual

José Ferreira de Freitas

A AÇÃO POPULAR

Waldir Gomes Magalhães

APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL

Anna Carla Agazzi

PUBLICIDADE ENGANOSA. MENÇÃO A NOME DE EMPRESA. DANO MORAL

Celso Ribeiro Bastos

A FEDERAÇÃO E A REVISÃO CONSTITUCIONAL - AS NOVAS TÉCNICAS DOS EQUILÍBRIOS CONSTITUCIONAIS E AS RELAÇÕES FINANCEIRAS. - A CLÁUSULA FEDERATIVA E A PROTEÇÃO DA FORMA DE ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

José Alfredo de Oliveira Baracho

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL

Martim Antonio Sales

COMENTÁRIOS E CRÍTICAS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MAGISTRADO

Honildo Amaral de Mello Castro

A REFORMA DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Walter Douglas Stuber

INTERPRETAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO, ART. 4.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: a perspectiva de surgimento de nova concepção de estado

Volney Zamenhof de Oliveira Silva

A DESAPROPRIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Helena Perez Moreira

O PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: realidade ou ficção?

Simone Nassar Tebet

MANDADO DE SEGURANÇA (BREVE ESTUDO SOBRE A FIGURA DO MANDADO DE SEGURANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL E INTERNACIONAL)

Luciano de Lara Nogueira

LICITAÇÃO. TELEFONIA CELULAR. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DE PRAZOS E CONDIÇÕES POR MUDANÇA NO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL. PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA. APLICABILIDADE DA TEORIA DE IMPREVISÃO. IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

Ives Gandra da Silva Martins

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA: PURA E IMPURA. ALGUMAS HIPÓTESES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37, § 6.º)

Álvaro Villaça Azevedo

Jurisprudência

Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Sunab. Lei Delegada n. 4 de 1962.

Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Recurso administrativo. Pressuposto do depósito prévio. Inadmissibilidade. Princípio do contraditório e ampla defesa.

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

Apelação cível. Ação civil pública de indenização. Chamamento ao processo de todos os poluidores. Desnecessidade. Agravo retido rejeitado. Nulidade de sentença afastada. Responsabilidade por dano ambiental. Natureza objetiva. Participação do recorrente como depredador. Recurso improvido.

Supremo Tribunal Federal

Previdenciário. Rurícola (bóia-fria). Aposentadoria por velhice. Prova puramente testemunhal. Admissibilidade no caso concreto: contestação abstrata e falta de contradita das testemunhas. Interpretação de lei de acordo com o art. 5.º da licc, que tem foro supralegal. Recurso especial conhecido pela alínea c, mas improvido. Não conhecimento pela alínea a do autorizativo constitucional.

Supremo Tribunal Federal

Adicional do imposto de renda. Lei 6.352, de 29.12.88, do Estado de São Paulo. Inconstitucionalidade

Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Revalidação de passaporte. Antecedentes criminais. Ausência e condenação trânsita em julgado ou de ordem judicial provisória constritiva de liberdade. Constituição federal, art. 5.º, incisos XV, LIV, LVII.

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

Mandado de segurança. Agente de polícia. Altura igual ou superior a 1,60m. Discrimen
inconstitucional. Recurso improvido.

Supremo Tribunal Federal

Recurso extraordinário. Violência à Constituição. Sinistro marítimo. Seguro. Indenização.
Oportunidade da satisfação do prêmio

Supremo Tribunal Federal

Medida provisória. Eficácia. Lei de conversão. Modificações. Efeitos. Vencimentos. Reajuste.
Direito adquirido. Fator temporal. Transcurso do período pesquisado para o efeito de fixação
do índice. Irrelevância.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

Constitucional. Tributário. Imposto de renda. Lei 8.200/91. Dedução imediata da parcela paga
a maior, correspondente à diferença verificada em 1990 entre a variação do IPC e a do BTN-
fiscal. Impossibilidade.

Supremo Tribunal Federal

Mandado de segurança - Desapropriação para fins de reforma agrária.

Superior Tribunal de Justiça

Inconstitucionalidade. Arguição. Necessidade, ou não, de o feito em que foi argüida volver
ao órgão julgador que a suscitou. Presidente. Direito a voto.

Superior Tribunal de Justiça

Previdenciário. Acidente do trabalho. Recurso especial. Ministério Público.

Supremo Tribunal Federal

Recurso extraordinário. IOF/câmbio. Isenção (Decreto-lei 2.434/88, art. 6.º). Contribuinte que
não possui quia de importação emitida após 1.º.07.1988. Decisão proferida por TRF. Duplo
fundamento. Fundamentação constitucional inata cada (ofensa ao princípio de isonomia
tributária). Preclusão. Recurso especial não conhecido. Alegação de descumprimento do art.
105, III, da constituição. Inocorrência. Divergência jurisprudencial de caráter exclusivamente
constitucional. Recurso extraordinário não admitido. Agravo improvido.
